



Revista Diálogo Educacional

ISSN: 1518-3483

dialogo.educacional@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Brasil

de Araujo Neves, Helena; Lange do Amaral, Giana; Callegaro Tambara, Elomar Antonio
A oferta do ensino primário e secundário investigada por meio da propaganda impressa (1875-1910)
Revista Diálogo Educacional, vol. 12, núm. 36, mayo-agosto, 2012, pp. 465-489
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189123663009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



A oferta do ensino primário e secundário investigada por meio da propaganda impressa (1875-1910)

The offer of primary and secondary education investigated in printed publicity (1875-1910)

**Helena de Araujo Neves^[a], Giana Lange do Amaral^[b],
Elomar Antonio Callegaro Tambara^[c]**

^[a] Doutora em Educação pelo PPGE/FAE/UFPel, pesquisadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS - Brasil, e-mail: profhelenaneves@gmail.com

^[b] Doutora em Educação pela UFRGS, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS - Brasil, e-mail: giana@ufpel.edu.br

^[c] Pós-Doutor pela Universidade Estadual de Campinas, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS - Brasil, e-mail: tambara@ufpel.edu.br

Resumo

Este artigo faz parte de uma pesquisa já concluída. Tem por objetivo apresentar informações sobre a oferta de ensino primário e secundário privado em Pelotas, município localizado ao Sul do Rio Grande do Sul. A investigação abrange o período compreendido entre os anos de 1875 a 1910 e foi realizada por meio do conteúdo de propagandas impressas, divulgadas em diferentes periódicos que circularam na cidade. A investigação dá indicativos de como ocorreu a organização do ensino privado na virada do século XIX para o XX focando especificamente o ensino primário e secundário, bem como as suas constituições curriculares. Observa-se, assim, que tanto para o ensino secundário, como para o primário, os resultados dos alunos eram uma garantia da qualidade da instituição de ensino, fato amplamente explorado nos anúncios. Nesta pesquisa as propagandas fazem emergir, portanto, aspectos sobre a atuação do ensino privado em um momento de constituição de um sistema organizado – que aos poucos saía das casas, como uma prática de ensino privado – para aos poucos serem formadas as primeiras escolas privadas. Não tem como pretensão esgotar as múltiplas leituras que possam ser feitas sobre a temática, mas foca o olhar para o mercado da educação, contribuindo, assim, com o campo investigado.

Palavras-chave: Ensino privado. Propaganda. Imprensa. História da educação.

Abstract

This paper is part of a research that was already completed. It aims to present some information about private elementary and secondary schools offer in the municipality of Pelotas, Rio Grande do Sul State. The survey covers the period from 1875 to 1910. It was conducted using institutional advertising content published in the several newspapers that were circulating in the municipality by that time. The survey indicates how private school organization occurred at the turn of 19th to the 20th century, focusing specifically on primary and secondary schools, as well as on their curricula frameworks. We can notice that both for secondary and for elementary education, the students' outcomes worked as quality assurance of the educational institution. This fact was widely exploited in the advertisements. In this survey the advertisements make possible the emergence of aspects about private education performance in the constitutional moment of an organized system that was gradually leaving the homes, as a practice of private teaching, to gradually constitute

the first private schools. This work does not intend to exhaust the multiple readings possible about this subject matter, but it focuses on education market, in this way contributing to the field surveyed.

Keywords: Private education. Printing Press. Advertisement. History of education.

Considerações iniciais

Este texto tem por objetivo apresentar informações acerca da oferta do ensino privado primário e secundário da cidade de Pelotas, RS, existente durante a segunda metade do século XIX e princípio do século XX. As fontes privilegiadas para este estudo foram propagandas impressas de escolas, publicadas em diferentes periódicos. Estes, por sua vez, fazem parte do acervo da Bibliotheca Pública Pelotense. Em busca dos anúncios, foram acessados quatorze títulos de jornais que circulavam na cidade em diferentes anos. São eles: *Jornal do Comércio*, *Correio Mercantil*, *A Discussão*, *A Nação*, *A Tribuna Federal*, *Nacional*, *Onze de Junho*, *Opinião Pública*, *Rio-Grandense*, *O Nacional*, *Diário de Pelotas*, *Diário Comercial*, *Diário Popular* e a *Gazeta da Manhã*.

Neste estudo, aborda-se a constituição curricular do ensino privado em Pelotas. Mas antes é importante que se apresentem os conceitos de público e de privado aqui adotados, além de tornar claro o que essas duas esferas representavam para o momento educacional que se investigou. Nesse sentido, considera-se público o ensino mantido com recursos governamentais/provinciais, e privado, o ensino sustentado por particulares como a Igreja, as ordens religiosas ou os proprietários leigos. Segundo Buffa (2004, p. 61), as transformações ocorridas na sociedade e na escola brasileira exigiram uma melhor conceituação sobre o que vem a ser o público, ou seja, o que é “destinado ao conjunto da população, estatal, o que é mantido pelo estado, e o privado, como sendo aquele regido pela lógica do lucro além do privado confessional, filantrópico, comunitário”.

Diante do exposto, as problematizações apresentadas a seguir têm a intenção de corroborar com os estudos sobre o ensino privado no Brasil, tendo em vista que, ao observar o passado, é possível obter subsídios para se analisarem os seus reflexos na atual situação educacional brasileira.

Considerações sobre o ensino privado em Pelotas, RS, na virada do século XIX para o XX

Com relação aos primórdios da escolarização em Pelotas, sabe-se do funcionamento, em 1832, de cinco aulas particulares, “frequentadas por 244 alunos, sendo 35 do sexo feminino” (MAGALHÃES, 1993, p. 225). Essa cidade torna-se importante centro educacional da Província. Conforme Reverbel (1981, p. 35), a sua notoriedade “vinha desde 1832, quando foram fundados os primeiros colégios particulares de projeção que começaram a ser frequentados por estudantes oriundos de quase todos os rincões gaúchos”.

Durante a segunda metade do século XIX, Pelotas abrigou um número expressivo de instituições de ensino privadas. Eram conceituadas escolas de ensino primário e, mesmo, de humanidades que nada ficavam a dever às da capital rio-grandense na mesma época (REVERBEL, 1981).

Alguns não precisavam fazer longas viagens para matricular-se, vinham de perto [...]. Outros atravessavam o território rio-grandense, vindos da fronteira Oeste, de municípios distantes como São Borja, mudando de diligência pelo caminho. Mas todas as viagens em busca do saber, em escolas pelotenses do século passado, a mais interessante, pela singularidade, talvez tenha sido a que foi feita por Assis Brasil¹: ele veio de São Gabriel, sua terra natal, acompanhando uma tropa de gado destinada à “Tablada”. Isso aconteceu em 1872 [...] (REVERBEL, 1981, p. 36).

¹ Joaquim Francisco de Assis Brasil foi o fundador do Partido Libertador, deputado e membro da junta governativa gaúcha de 1891. Em 1872, órfão de pai, partiu para Pelotas, ficando interno no Colégio Taveira Júnior. Em 1874 frequentou, em Porto Alegre, o Colégio Gomes, onde fez os preparatórios.

Com base nos dados apresentados por Magalhães (1993), sobre a escolarização entre 1847 e 1891, constata-se que houve um aumento da oferta de instrução – o crescimento quadriplicou. Em 1847 havia 11 escolas públicas e particulares em Pelotas, em 1861 passam a existir 14 escolas. No ano de 1873 esse número cresce para 28 escolas, já em 1891 ela contava com o total de 46 escolas.

No Relatório de entrega da administração da Província de 13/4/1868, organizado por Francisco de Mello, analisou-se um quadro contendo dados sobre as escolas primárias privadas da cidade de Pelotas. Nele consta que no ano de 1866 existiam 3 escolas masculinas com 230 alunos e 6 escolas femininas com 187 alunas. Porto Alegre, no mesmo ano, apresentava os seguintes números: 9 escolas masculinas contendo 536 alunos e 7 femininas com 337 alunas. Já no ano de 1891, de 22.919 habitantes urbanos existentes em Pelotas, 11.164 sabiam ler, efetivando 48% do total. Esse percentual se manteve até 1911 “apenas discriminando-se que do restante, 33,5% eram analfabetos e 18,4% crianças sem idade escolar” (LONER, 2001, p. 60).

A partir das propagandas impressas analisadas por meio de uma pesquisa mais ampla (NEVES, 2007), que acabou gerando dados para este artigo, observou-se que de 1875 a 1910 a oferta do ensino primário era maior em relação ao ensino secundário totalizando 37 escolas femininas e 42 masculinas primárias. Isso porque, provavelmente, eram poucos aqueles que conseguiam manter seus estudos em escolas privadas – em que o nível secundário tornava-se, muitas vezes, mais oneroso do que o primário.

Ressalta-se que nesse momento o ensino privado era livre no Rio Grande do Sul. Para Schneider (1993, p. 283), “essa liberdade de ensino acabava trazendo efeitos negativos no que se refere à oferta do ensino público”. Aliás, pode-se afirmar que, no Brasil, em geral, havia o incentivo do Estado para a proliferação do ensino particular, tanto no período colonial como durante o Império. É importante perceber, portanto, que, no momento educacional investigado, o ensino público não tinha o *status*, a credibilidade e o incentivo do Estado.

Portanto, busca-se, aqui, perseguir os sinais deixados pela iniciativa privada do ensino no século XIX e princípio do XX, justificado pelo expressivo número de escolas que, naquele tempo, aumentava a cada ano, com a mesma intensidade com que crescia o valor e a importância atribuídos à instrução.

O ensino primário e o ensino secundário em Pelotas

As escolas de caráter privado, tanto para o sexo feminino quanto para o masculino, elencadas neste estudo, evidenciavam em seus anúncios as disciplinas que eram oferecidas, a localização da instituição, o seu programa, os valores cobrados, bem como seu corpo docente e dirigente. É importante destacar que, no período analisado, essas instituições deveriam manter os pais de seus alunos informados caso houvesse alguma modificação no contrato firmado. Essa realidade ficou evidenciada no Art. 107, parágrafo 2º, do Decreto n. 1331, de 17 de fevereiro de 1854, no Capítulo Único “Do ensino particular primário e secundário”, quando foi vetado aos diretores: “mudar, sem prévia declaração e licença, o caráter de seu estabelecimento, quer estendendo o programma, quer deixando de observar e de cumprir os empenhos tomados com as famílias nos prospectos ou anúncios” (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 64).

Os saberes ministrados, no período compreendido por essa investigação, serão divulgados no intuito de apresentar o tipo de ensino ofertado aos pelotenses, além de contextualizar as ideias que se tinha nesse momento histórico sobre os “papéis” adequados aos homens e às mulheres. Tais informações certamente renderão futuras pesquisas sobre, por exemplo, o papel dos saberes na vida dessa sociedade específica e às questões de gênero que tais dados carregam consigo – aspecto este bastante pesquisado em todo o Brasil.

De posse dessa intenção foi importante saber o que apresentava o Art.4º do decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, sobre o que deveria constar nas disciplinas das escolas primárias de 1º grau dos municípios da Corte:

instrução moral, instrução religiosa, leitura, escrita, noções de coisas, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, sistema legal de pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil, elementos de desenho linear, rudimentos de música, com exercícios de solfejo e canto, ginástica, costura simples (para meninas) (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 77).

Já as de 2º grau, do ensino primário, constavam da continuação e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas de 1º grau e mais das seguintes:

princípios elementares de álgebra e geometria, noções de física, química natural, com explicação de suas principais aplicações à indústria e aos usos da vida, noções gerais dos deveres do homem e do cidadão, com explicação sucinta da organização política do Império, noções de lavoura e horticultura, noções de economia social (para os meninos), noções de economia doméstica (para as meninas), prática manual de ofícios (para meninos), trabalhos de agulha (para meninas) (TAMBARA; ARRIADA, 2005, p. 77).

Com base no *corpus* documental, foi possível encontrar sinais relativos aos planos de estudo de cada instituição condicionados ao nível de ensino oferecido. Com os dados coletados na investigação, montou-se, então, um quadro referente ao ensino privado de Pelotas apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Disciplinas oferecidas pelo ensino privado em Pelotas, segundo as Propagandas Institucionais (1875-1910)

(Continua)

DISCIPLINAS OFERECIDAS PELO ENSINO PRIVADO EM PELOTAS (1875-1910)			
Feminino Primário	Feminino Secundário	Masculino Primário	Masculino Secundário
- álgebra; - alemão; - analyse grammatical; - aplicação aos systema métrico decimal;	- álgebra; - alemão; - analyse oral e escripta dos clássicos; - bordado a ouro, matiz e branco;	- álgebra; - arithmetica; - as quatro operações arithmeticas e sua aplicação ao sistema métrico decimal;	- álgebra; - arithmetica; - francez; - geographia; - geometria plana e no espaço;

Quadro 1 - Disciplinas oferecidas pelo ensino privado em Pelotas, segundo as Propagandas Institucionais (1875-1910)

(Continua)

DISCIPLINAS OFERECIDAS PELO ENSINO PRIVADO EM PELOTAS (1875-1910)			
Feminino Primário	Feminino Secundário	Masculino Primário	Masculino Secundário
<ul style="list-style-type: none"> - arithmetica até as quatro operações; - bordados a ouro, seda, froco, branco, flores de papel e cera; - botanica; - calculo; - calligraphia; - canto; - cathecismo; - chorographia do Brazil; - civilidade; - compor cartas, themas, e declamação; - contabilidade; - correspondencia epistolar; - cortar vestidos e coser em maquina; - cosmographia; - costura a mão e a machina; - dança - desenho; - doutrina christã; - economia domestica; - francez; - geographia do Brazil; - geographia terrestre e astronomica; - grammatica elementar; - grammatica nacional; - hespanhol; - historia do Brazil; - historia natural; - historia romana e mythologia; - historia sagrada; - história universal; 	<ul style="list-style-type: none"> - caligraphia; - cortezas adequadas aos deveres de uma perfeita dona de casa; - cosmographia; - desenho e pintura a óleo sobre tela, seda, porcelana e crystal; - elementos de culinária; - francez; - geographia geral e pátria; - noções de litteratura; - habilidades de agulha; - historia do brazil e universal; - inglez; - geometria; - italiano; - latim; - lingua portugueza; - musica; - mythologia; - phylosophia; - piano; - pintura oriental; - redacção; - rethorica; - trabalhos de agulha; - trabalhos domésticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - calligraphia; - chimica; - desenho linear; - esgrima e gymnastica; - francez; - geografia (divisão das cinco partes da terra, sua configuração, limites, systemas hydrograficos e ortographicos). - geographia geral; - grammathica oral; - grammatica portugueza; - historia do Brazil; - historia universal; - inglez; - historia universal; - latim; - leitura; - língua portuguesa; - literatura; - mathematica; - musica; - noções de historia sagrada; - noções elementares de geometria; - operações sobre números inteiros e decimaes; - ortographia pratica e theorica; - philosophia; - physyca; - prosa e verso nos melhores clássicos; - rhetorica e poética; - rudimentos da língua latina; 	<ul style="list-style-type: none"> - história do brazil com especialidade da província; - historia universal; - inglez; - latim; - mathematica; - rethorica; - trigonometria rectilinea e princípios geraes de geometria analytica; - curso commercial (e demais disciplinas preparatórias exigidas para o curso das differentes carreiras scientificas); - escripturação mercantil (curso).

Quadro 1 - Disciplinas oferecidas pelo ensino privado em Pelotas, segundo as Propagandas Institucionais (1875-1910)

(Conclusão)

DISCIPLINAS OFERECIDAS PELO ENSINO PRIVADO EM PELOTAS (1875-1910)			
Feminino Primário	Feminino Secundário	Masculino Primário	Masculino Secundário
<ul style="list-style-type: none"> - inglez; - italiano; - leitura de autores clássicos e de letra manuscriptas; - leitura de prosa e verso; - leitura recreativa e fabulas; - leitura; - lições orais de urbanidade; - musica vocal e instrumental; - orthographia theorica e pratica; - piano; - pintura oriental; - pontos de lã baixo e alto relevo, a soutache, a canutilho, a contas, a fróco, a seda, a prata, a ouro e flores de diversas qualidades; - pontos de malha; - portuguez; - proporções progressivas; - prosa e verso; - prosódia e metrificação; - redacção; - rendas de malha, pontos de lan e crochet, trabalhos de coral, de solla, de cortiça, de musgo. 		<ul style="list-style-type: none"> - systema metrico decimal; - systema métrico francez. 	

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio dos conteúdos dos anúncios e da organização do quadro 1, verificou-se a ampliação do currículo das escolas com o passar do tempo – em especial as voltadas para o ensino feminino, que aos poucos foram tendo o acréscimo de conhecimento geral. Anjos (1996, p. 99) destaca que “enquanto o saber corriqueiro aponta para o fato de que o sexo feminino recebia um aprendizado restrito”, em 1876, o programa do colégio para meninas, Mme. Audissou compreendia o ensino de Francês, História da Pátria e universal, antiga e moderna, Geografia, Contabilidade, escrita e noções científicas sobre os diferentes ramos dos conhecimentos humanos. No entanto, verificou-se, no Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte de 1854 (Reforma Couto Ferraz), que o currículo relativo às aulas primárias de meninas estabelecia limites no ensino de Álgebra, Geometria, Gramática, História e Geografia Pátrias, matérias que constavam regularmente na grade das escolas dos meninos. Para as alunas, a doutrina cristã, a leitura, a escrita e o cálculo elementar acrescidos das aulas de agulha, bordados e costura, eram considerados ensinamentos básicos. À primeira vista, conforme o estabelecido pela legislação, a formação das meninas visava à vida doméstica, em detrimento da vida pública, reservada aos futuros homens. Segundo Louro (1992), houve, no século XIX, um discurso segundo o qual, para os indivíduos do sexo feminino, era suficiente uma educação moral sólida, visando à formação de esposas e mães, ao invés da instrução escolar propriamente dita, a qual poderia ser superficial e meramente ilustrativa.

Não se objetiva aqui discutir o papel social dos homens e das mulheres em Pelotas, mas, sim, destacar o que vinha ao encontro da legislação vigente e o que se constatou de diferente do que era proposto na educação nacional. Assim percebe-se, nesse momento histórico, uma restrição às disciplinas que envolvessem cálculos no currículo do ensino feminino. De fato, essas eram disciplinas que não foram encontradas na totalidade dos estabelecimentos de ensino feminino pelotenses, mas se verificou sua oferta em instituições como o Collégio de Meninas de Berta Jeanneret, o Collégio Pedro II e o Collégio Acácia.

As matemáticas não tinham então um peso significativo na grade do ensino feminino, que era mais recheado pelas disciplinas das “áreas humanísticas”. Já no ensino masculino predominava as áreas ditas “científicas”. Esse fato também foi averiguado em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, que também utilizou a propaganda como fonte. No que se refere ao ensino feminino, Limeira (2006, p. 5, grifo do autor) afirma que:

[...] o mais recorrente é que qualquer complemento curricular estabeleça restrições às matemáticas (Álgebra, Aritmética, Geometria) e fique condicionado a oferta de “*prendas que aperfeiçoam a educação de uma menina*”, como destaca o Colégio Nacional [...] ou o Colégio Augusto, onde somente pela vontade dos pais poderá ser aplicada a Aritmética.

Assim como em Pelotas, no Rio de Janeiro também foram encontradas instituições que ofereciam um repertório de disciplinas mais amplo do que se esperava para o ensino feminino, como aponta a pesquisadora:

não podemos deixar de salientar, evidentemente, as marcas que caracterizam uma imagem generalizante lançada a essas questões. Identificamos algumas instituições marcadas por tencionar essas tradições, como o Colégio de Meninas, dirigido por M.me. Lacombe, onde o destaque é para os estudos de algumas ciências como Aritmética, Geometria e princípios da Física (LIMEIRA, 2006, p. 6).

Outrossim, o que era esperado com relação ao “belo sexo” não ficava em segundo plano nos programas dos colégios femininos em Pelotas. O Collegio Perseverança apresentava, em seu anúncio, a preocupação de acompanhar a moderna pedagogia, oferecendo as disciplinas exigidas nos preparatórios, mas sem deixar de lado os bordados e todos os ensinamentos “que não poderiam ser ignorados por uma menina bem-educada” (Figura 1):

COLLEGIO PERSEVERANÇA

Rua General Victorino num. 103

EMFRETE AO CLUB COMMERCIAL

Este estabelecimento de instrução primaria e secundaria, consagrado á educação do sexo feminino reabrir-se-á no dia 8 do proximo mez de Janeiro.

A directora desejando acompanhar o progresso que, a despeito de toda a nossa civilização se nota superiormente em alguns paizes sul-americanos, resolveu reformar o ensino primario, ponto convergente das vistas de toda a moderna pedagogia.

Para levar a effeito a reforma citada, a directora conta com a coadjuvação de professores habilitados e pensa dispor dos necessarios elementos afim de tornar esta aula um adiantado modelo.

Curso primario — Leitura, grammatica, analyse grammatical e logica, arithmetica pratica, historia e chorographia patria, noções de astronomia e geographia phisica e politica.

Curso secundario — Todas as materias que constituem o curso de preparatorios.

Trabalhos de agulha, bordados, todos os labores de tal ordem que não podem ser ignorados por uma menina bem educada, serão escrupulosamente ensinados neste estabelecimento.

Como ampliamto á educação domestica a directora dispõe da coadjuvação de uma senhora habilitada que ensinará trabalhos de modista.

A contribuição deste curso será paga separadamente.

Bellas-Artes — Musica, canto, piano e desenho. Pagamento á parte e mensalmente adiantado.

O collegio admite alumnas internas, semi-internas e externas.

A DIRECTORA,
Maria Antonia Mursa.

N. 891 —10

Figura 1 - Anúncio do Collegio Perseverança

Fonte: JORNAL A PÁTRIA, 1891.

Em um artigo escrito pelo professor Bernardo Taveira Junior, um dos professores que mais atuou em Pelotas na virada do século XIX para o século XX, destaca-se um trecho em que aborda a educação feminina nacional e local:

[...] por que razão gostam tantos as moças do pó de arroz, dos brincos, dos pregadores, das pulseiras e dos annéis? [...] porque o fim de tudo isto é brilhar, excitar a admiração de quem as contempla [...] por que razão na educação da mulher, ainda mesmo pertencendo esta ás de mais modesta classe, concede-se muito mais á dança, ás etiquetas de salão, á melhor maneira de sentar-se ao piano [...] do que a um cem numero de cousas utilíssimas e necessárias no meio da vida domestica? E por que razão ainda são tantissimos pais (as maes principalmente) solícitos a mandar ensinar as filhas o francez, o italiano, o inglez, o allemão, etc.? Podemos conscientemente assegurar, porque ahi estão os factos para o comprovar, que essa educação é toda para produzir effeito porque a moda olharia com desdém para toda a moça de educação que não soubesse dançar [...] Mas não pense que se ensina tudo isso ás moças no sentido de que o possuir taes prendas seja motivo de verdadeira utilidade. Não há maior engano: é tudo inspirado pela tola vaidade de que uma moça de sociedade não deve ignorar todas essas cousas para simplesmente, segundo caprichosas exigências da moda, poder brilhar e applaudir em qualquer reunião [...] (DIÁRIO DE PELOTAS, 1881).

O professor Taveira Junior, que lecionou em colégios femininos de Pelotas, questionou, então, os saberes destinados às mulheres nesse contexto histórico, em que muitas delas, como no caso do ensino secundário, davam continuidade aos seus estudos muitas vezes para acompanhar seus esposos e para brilhar nos espaços públicos e privados.

Conforme Tambara (1997, p. 71) o fim do Império foi marcado por ganhar simpatizantes que defendiam e começavam a criar alternativas para a implantação de uma “emancipação feminina”, segundo ele: “em meados do século passado a concepção de ‘libertação’ da mulher através da educação passou a cativar cada vez mais adeptos [...] envolvendo tanto discussão teóricas como iniciativas concretas [...]”. Essa é uma

preocupação que se revelou no texto do professor Taveira Junior. Além disso, também reforçou a ideia de que esse era um momento em que a educação, para as meninas, tinha como objetivo um contínuo desenvolvimento cultural. Acredita-se que esse artigo, publicado em um importante periódico que circulou em Pelotas, pode ser considerado uma crítica ao fato de que mesmo as alunas de classes mais abastadas, que teriam condições para exigir mais da educação e da forma como aplicariam tais conhecimentos – também recebiam uma educação pautada, normalmente, pelo desenvolvimento da civilidade. Isso se dava, segundo Louro (1992), porque a valorização do ensino feminino tinha alguns limites, impostos pelas ideias, vigentes na época, sobre os papéis femininos e masculinos.

Com relação às classes economicamente privilegiadas mencionadas, torna-se relevante destacar que o Ato Adicional de 1834 propiciou ao governo central concentrar seus esforços no suprimento de cursos superiores, enquanto as províncias ficariam encarregadas da instalação e manutenção dos cursos elementares e secundários. Quando as províncias assumiram a incumbência da criação das Escolas de Primeiras Letras, o ensino elementar público praticamente inexistia na maior parte delas. Cabe ressaltar que, desde o Período Colonial, o ensino elementar era uma instrução predominantemente familiar, reforçada nos colégios jesuíticos. Muitos políticos defendiam que cabia às províncias investir recursos na escola elementar, deixando de vez a instrução secundária a cargo da administração particular – uma vez que a escola secundária atraía a elite como clientela, por se tratar de uma passagem preparatória para o topo da escolaridade, e por não ter uma manutenção onerosa como a escola superior.

No que tange à instrução secundária, assistiu-se no Brasil à proliferação de aulas avulsas e particulares, que consistiam no ensino do Latim, da Retórica, da Filosofia, da Geometria, do Francês e do Comércio. Essas aulas, com o tempo, foram diminuindo porque não incluíam todas as matérias necessárias para os exames preparatórios; pela necessidade de os alunos terem de se deslocar até as residências dos professores; e também pelos encargos enfrentados pelos professores para

manter o espaço onde ministravam as aulas. Esses cursos acabaram por serem procurados pelos alunos que queriam continuar a desenvolver-se culturalmente, sem terem intenção de ingressar no colégio ou ensino superior. Conforme Ribeiro (1978, p. 14) “mesmo em se tratando de uma sociedade aristocrática, o atendimento, em número, era muito limitado em tais circunstâncias. Estas, como é evidente, comprometem também a qualidade”.

Verificou-se que, nas primeiras décadas de século XIX, a situação do ensino secundário no Brasil era semelhante à da segunda metade do século XVIII, em termos de aulas-régias ofertadas. A mentalidade do ensino jesuítico continuou permeando os estudos secundários, “já que a maioria dos professores havia estudado nos colégios jesuítas existentes no Brasil, ou no Colégio de Artes e na Universidade de Coimbra – todos administrados por jesuítas” (VECHIA, 2005, p. 79). Aos poucos foi se rompendo a concepção do ensino clássico-humanístico dos jesuítas, com a introdução de novas disciplinas em diversos pontos do Brasil, como Retórica, Hebraico, Matemática, Filosofia, Teologia, Línguas Modernas, Ciências Experimentais, Grego, Comércio e Música. Ao final do período, o aluno poderia prosseguir no próprio colégio e obter o diploma de Bacharel em Letras, ou requerer um certificado para ingressar em institutos de formação técnica. Ou ainda seguir nos chamados estudos da Segunda Classe, que lhe propiciavam aprimorar os conhecimentos humanísticos e literários – que eram pré-requisito para ingressar nos cursos superiores. Para Souza (2000, p. 3),

no ensino secundário o debate girou em torno da cultura humanística ou clássico-literária e a cultura moderna, cujas referências ancoravam-se no progresso científico e no caráter nacional (Língua e Literatura do País, História e Geografia). Mesmo os ardorosos defensores da introdução das ciências nos programas não abriram mão do caráter distintivo de classe predominante no ensino secundário. Dessa forma, a redefinição dos currículos objetivou atualizar e ampliar a cultura geral das elites mediante o aprofundamento dos estudos em ciências e letras, colocando os jovens em contato com os novos temas culturais de seu tempo.

Já para Arriada (2007, p. 34), no Império, o papel atribuído ao ensino secundário; cursos preparatórios de acesso aos cursos superiores; acabou decretando a falência de um ensino seriado, longo e metódico, com uma grade curricular que contemplasse várias áreas do saber. Em que pese constarem várias disciplinas nos programas do Liceu, acabavam sendo ministradas quase que inclusivamente aquelas requeridas para os exames preparatórios. Para que longos e penosos estudos? Estudam-se tão somente aquelas matérias exigidas.

Com relação ao ensino secundário em Pelotas, assim como no resto do país, era normalmente caracterizado por aulas avulsas, que preparavam os alunos para prestar os exames de acesso ao ensino superior. Esse nível de ensino que estava concentrado nas mãos da iniciativa privada e possuía, fundamentalmente, como diretriz principal, o currículo, as matérias e os conteúdos do Colégio Dom Pedro II². Como em Pelotas no fim do século XIX ainda não havia instituições equiparadas, os exames preparatórios para ingresso no ensino superior só podiam ser realizados na capital da Província. Esses exames eram frequentemente divulgados na imprensa pelotense, em especial pelas instituições de ensino que conseguiam aprovar o maior número de alunos nas provas realizadas na cidade de Porto Alegre. Nessa perspectiva outro aspecto bastante recorrente, no que se refere ao ensino secundário, é a divulgação das aprovações dos alunos, nos exames, publicados nos anúncios. O anúncio do colégio que se observará a seguir (Figura 2) narra que, apesar de a instituição ter começado a funcionar naquele ano, conseguiu preparar e levar para Porto Alegre 10 alunos que prestaram 29 exames para as disciplinas ali indicadas. Por

² No Brasil, no ano de 1837, fundou-se uma escola secundária no Município da Corte que serviu de modelo para todas as instituições de ensino do Império entre públicas e privadas. Com a criação do então Collegio Pedro II, ainda que indiretamente, teve-se início a certa uniformização do ensino secundário no Brasil. Com a fundação desse estabelecimento de ensino, instaurou-se um processo chamado equiparação, que permitia ao aluno o mesmo direito de acesso ao ensino superior do que os alunos do D. Pedro II.

sua vez, foram aprovados em todas as provas, sendo que um deles recebeu uma distinção, a única, segundo o colégio, concedida naquela sessão.

**COLLEGIO
FRANCO RIO-GRANDENSE**
EM PELOTAS
CHARLES BACHELERY
DIRECTOR-PROPRIETARIO

RESULTADO DOS EXAMES

Este collegio fundado em 1º de Fevereiro de 1876, teve até o mez de Novembro um numero limitado de alumnos. Apezar d'isso, o director mandou 10 alumnos aos exames preparatorios em Porto Alegre.

Estes alumnos prestaram 29 exames (60 %) das materias seguintes:

Portuguez 7	Latim 5	Arithmetica 3
Francez 3	Philosophia 1	Goometria 4
Inglez 2	Geographia 3	Algabra 1

RECAPITULAÇÃO:

Distinção	1 (*)
Plenamente	9
Aprovados	19
	29

O director incluiu o resultado dos exames de 3 alumnos sahidos um mez antes dos exames.

O director tem a honra de prevenir aos Srs. pais de familia que a reabertura dos cursos terá lugar a 8 de Janeiro e pede-lhes pela regularidade dos estudos que enviem seus filhos n'esse mesmo dia.

Ch. Bachelery.

(*) — A unica dada n'esta sessão.

Figura 2 - Anúncio do College Franco Rio-Grandense

Fonte: JORNAL DIÁRIO DE PELOTAS, 1877

Outro ponto observado no próximo anúncio (Figura 3), e que se repetiu em outras propagandas localizadas, foi a ocorrência de instituições oferecendo prédios distintos para o ensino secundário e primário, fato esse que ilustrou uma realidade encontrada no período analisado: que, em algumas, os alunos ficavam misturados, independentemente do nível de ensino em que estariam submetidos. Entretanto, o Collegio Evolução cumpria, segundo ele próprio anunciava, com “as exigências da moderna pedagogia”, ao separar os alunos do primário e do secundário, como apresentado nesta propaganda:

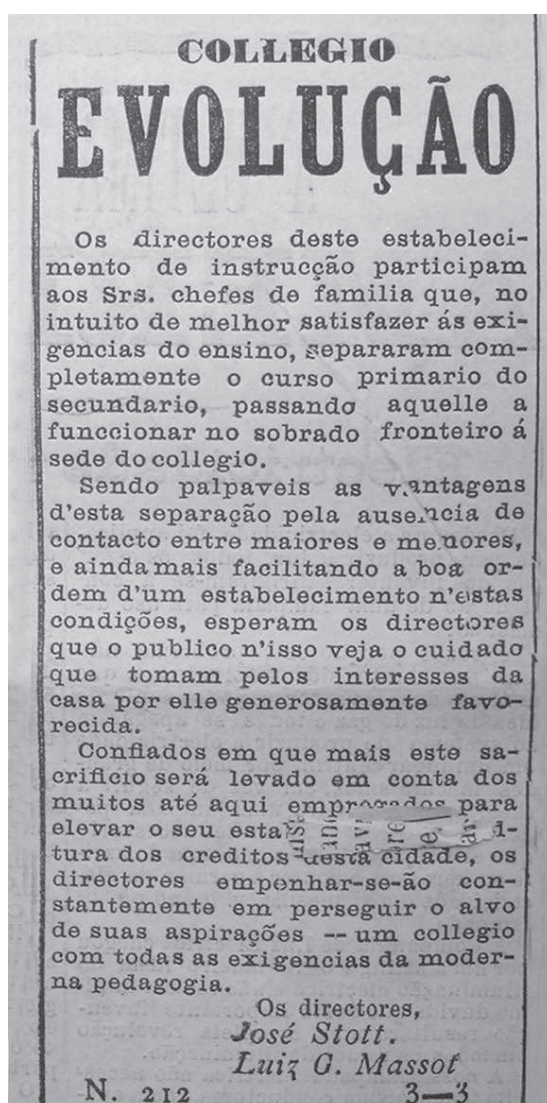


Figura 3 - Anúncio do Collegio Evolução

Fonte: JORNAL A DISCUSSÃO, 1886.

Ainda no que se refere ao ensino secundário, os anúncios institucionais arrolados na pesquisa apontaram que, das 85 escolas encontradas, 60 chegaram a oferecê-lo na cidade, concomitante ao primário. Dessas, apenas nove dedicavam-se integralmente a essa modalidade de ensino. Verificou-se ainda que o número de instituições de ensino secundário feminino (21) era significativo se comparado ao número de escolas secundárias masculinas (35). De qualquer forma, é preciso considerar que a quantidade³ de alunos homens nas instituições era maior do que a das meninas, chegando, muitas vezes, ao dobro desta. Ainda assim é importante refletir sobre o fato de que, no que tange aos saberes femininos, o ensino secundário era basicamente um complemento ao ensino primário. Além disso, tinha como público-alvo alunas com condições econômicas favoráveis que buscavam ampliar seus conhecimentos culturais, aprofundando o que foi visto no ensino primário (ver Quadro 1) e dando continuidade às lições domésticas e às destinadas aos traquejos sociais, como pode ser observado em alguns anúncios. Já o foco do ensino secundário masculino, por sua vez, como mencionado anteriormente, estava, geralmente, na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior.

Com base nas propagandas das instituições que ofereciam o ensino secundário, verificou-se que, os seus discursos, em Pelotas, estavam pautados, geralmente, nos resultados obtidos por seus alunos nos exames para o ingresso no ensino superior, e que os seus calendários escolares ficavam condicionados às datas dos exames. Além de instituições de ensino com o foco voltado para os exames, encontrou-se também uma oferta de cursos que preparavam os alunos para o comércio. O Curso Commercial, fundado em 1879, dirigido por Eduardo Wilhelmy, que deixava claro no nome da instituição o tipo de ensino a que se dedicava, é um exemplo. Em sua propaganda, o diretor garantia a colocação de seus alunos no mercado de trabalho, além de

³ Esses dados foram observados tanto pelo conteúdo de alguns anúncios – que divulgavam o número de alunos – como a partir dos seguintes relatórios: Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública 1901, Relatório da Intendência de Pelotas de 1912 e Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1899.

um histórico para que a comunidade tivesse acesso à vida escolar de determinado aluno ao longo do curso. Percebeu-se, com isso, que essa era uma forma encontrada pela instituição de atestar a sua eficiência. Diferentemente dos preparatórios que possuíam uma maneira de “testar a qualidade” do ensino oferecido por meio dos exames, elas utilizavam, para isso, os cargos alcançados por seus alunos, como se pode observar no anúncio que segue (Figura 4):

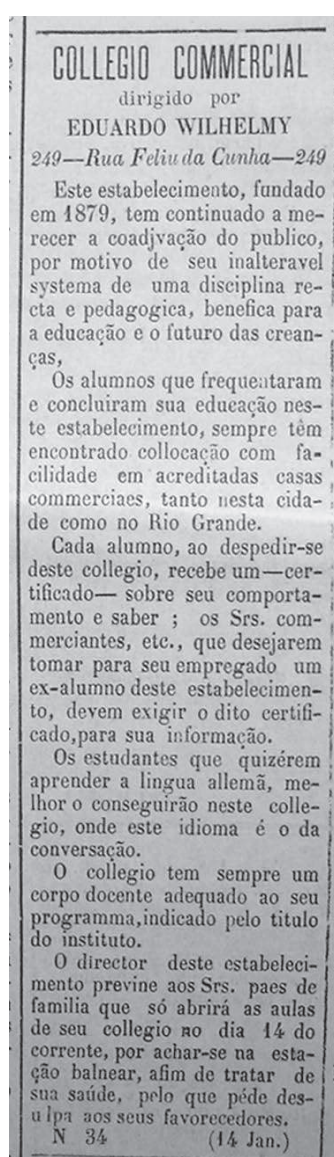


Figura 4 - Anúncio do Collegio Commercial

Fonte: JORNAL DIÁRIO POPULAR, 1895.

Foi possível também constatar que os colégios, diferentemente dos preparatórios, além das disciplinas exigidas nos exames, ofereciam também aulas extras, normalmente pagas separadamente. Isso poderia significar que as disciplinas que não constavam nos exames não eram procuradas pela totalidade de seus alunos, caso contrário, fariam parte das cobranças trimestrais efetuadas pelas instituições. A lista de disciplinas dos colégios apresentava-se, muitas vezes, mais ampla do que a grade dos preparatórios. De qualquer forma, a conclusão de um curso secundário regular em escolas não equiparadas ao “Pedro II” não dava direito ao aluno ingresso nos cursos superiores. Esses seriam obtidos somente através dos exames.

Diante do quadro exposto conclui-se que, em Pelotas, assim como no Brasil, a população recorria às aulas particulares, ou à generosidade alheia, para suprir a ausência do Estado na educação. Conforme Cardoso (2005, p. 183):

não havia disputa entre a escola pública e a particular nesse contexto, o que não deixa de ser um paradoxo, porque a Coroa portuguesa teve um grande empenho em elaborar uma legislação bastante restritiva, minuciosa, comprometida com uma ideia de progresso e de civilização, voltada tanto para a implantação da escola pública quanto para o funcionamento da particular, sem no entanto promover condições reais de aplicabilidade da mesma.

Segundo esse estudioso, mesmo durante o Período Imperial Brasileiro, não se observa uma disputa entre o ensino público e o privado, uma vez que a escola pública não preencheu as necessidades da população. Por isso a escola particular mantinha um espaço de atuação que era complementar e não concorrente.

Nesse período, em Pelotas, como mencionado anteriormente, existiu um conjunto de motivos que viabilizaram a instalação de instituições de ensino privadas. Dentre eles está, principalmente, a riqueza advinda da indústria do charque, a presença de uma elite e de seu consequente interesse em educar não somente os meninos como também as meninas; a tímida presença do poder público na esfera educacional, entre outros.

Considerações finais

A primeira consideração necessária a ser feita é que, em Pelotas, o ensino privado predominou nos espaços da educação no período em que se investigou. Essa era uma hipótese que já se tinha, em virtude das inúmeras pesquisas sobre a educação no período Imperial e no princípio da República Velha no Brasil, que apontam para esse fato.

Ao buscar encontrar elementos que diferenciavam, ou não, as instituições de ensino, buscando identificar as diferenças de oferta de ensino primário e secundário, foi possível concluir que elas mantiveram uma espinha dorsal que era comum a todas as instituições. Isso ocorreu em virtude da legislação e do que era exigido com relação aos níveis de ensino e mesmo das profissões existentes na época. O fato de uma escola registrar em seus anúncios o crescimento do número de alunos de um ano para o outro foi entendido como, além de uma necessidade de instrução sustentada pelas classes mais favorecidas, a capacidade das instituições, com seus serviços e atores, de despertar na população o interesse pelo espaço educacional e pela própria educação. Essas instituições, além de preservarem a qualidade de seus serviços, sendo comparadas com outras de igual nível na cidade, também eram submetidas ao crivo do público-consumidor com relação a outras instituições de ensino existentes no país.

Sobre as disciplinas ministradas nos estabelecimentos de ensino, tanto no primário, como no secundário, verificou-se uma diferenciação nos programas voltados para o ensino feminino e masculino. No entanto, chama a atenção o fato de que algumas instituições ofereciam um repertório de disciplinas mais amplo do que era esperado para o ensino feminino.

Concluiu-se, ainda, que os discursos e anúncios sobre o ensino primário e o ensino secundário pautavam-se de forma diferente, já que esses níveis de ensino propunham-se a objetivos distintos. Enquanto o primeiro focava, além das primeiras letras, a preparação para a vida social, o segundo tinha em vista, principalmente, o acesso ao ensino superior. Além disso, ressalta-se que tanto para o secundário, como para o primário, a publicação dos resultados dos alunos, divulgados nas propagandas,

era uma garantia da sua qualidade – já que, por meio dessas conquistas, os alunos e os estabelecimentos de ensino seriam testados.

Referências

ANJOS, M. H. dos. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Porto Alegre: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 1996.

ARRIADA, E. **A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do Ensino Público. 2007. 373 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BUFFA, E. O público e o privado na educação brasileira do século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 5, p. 53-67.

CARDOSO, T. F. L. As aulas régias no Brasil. In: BASTOS, M. H. C. (Org.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1, p. 179-191.

LIMEIRA, A. de M. Práticas educativas e publicidade: a iniciativa privada no Almanak Laemmert (1844-1859). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006. p. 3-8.

LONER, A. B. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001.

LOPES, I. S. Anúncio do Collegio Perseverança. **Jornal a Pátria**, v. 1, n. 300, 7 jan. 1891.

GERNGROSS, E. A. Anúncio do Colégio Franco Rio-Grandense. **Jornal Diário de Pelotas**, v. 1, n. 7, 10 jan. 1877.

LOURO, G. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero**. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1992.

MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 1993.

MENEZES, T. Anúncio do Collegio Commercial. **Jornal Diário Popular**, v. 1, n. 8, p. 2, 1895.

NEVES, H. de A. **A “Alma do Negócio”**: aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875-1910). 2007. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFPel, Pelotas.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal em 20 setembro 1912 pelo Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas: Conselho Municipal de Pelotas, 1912.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta província ao excelentíssimo senhor doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868. Pelotas: Conselho municipal de Pelotas, 1868.

REVERBEL, C. **Um capitão da guarda nacional**: vida e obra de J. Simões Lopes Neto. Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1981.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

SOUZA, R. F. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 20, n. 51, p. 9-28, 2000.

TAMBARA, E. C. A educação feminina no Brasil ao final do século XIX. **Revista História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 67-90, 1997.

TAMBARA, E. C. A.; ARRIADA, E. **Coletânea de leis sobre o ensino primário e secundário no Período Imperial Brasileiro**. Pelotas: Seiva, 2005.

VECHIA, A. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: BASTOS, M. H. C. (Org.). **História e memória da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004. v. 1, p. 78-90.

ULRICH, A. A. Anúncio do Collegio Evolução. **Jornal a Discussão**, v. 1, n. 73, 1886.

Recebido: 13/10/2011

Received: 10/13/2011

Aprovado: 04/01/2012

Approved: 01/04/2012